

A EMERGÊNCIA DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM GOIÁS¹

THE EMERGENCE OF GRAMMAR OF BRAZILIAN PORTUGUESE IN GOIÁS

Rozana Reigota Naves
Universidade de Brasília
rnaves@unb.br

Humberto Borges
Universidade de Brasília
humbertoborges@unb.br

RESUMO:

A partir da conjectura teórica de dois campos consagrados das Ciências da Linguagem, a saber, a Linguística Histórica e a Teoria Gerativa, o presente artigo busca fornecer uma nova perspectiva para se olhar a história do português brasileiro, mais especificamente a história de sua variedade que emergiu em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Para alcançar esse objetivo, analisam-se evidências da mudança na expressão paramétrica do sujeito no português brasileiro encontradas em um manuscrito goiano do século XIX e se delineiam os aspectos linguísticos e históricos que circunscrevem a emergência da gramática do português brasileiro em Goiás, de modo a postular uma hipótese para a mudança na expressão sintática do sujeito nessa região.

PALAVRAS-CHAVE: Português Brasileiro. Parâmetro do sujeito nulo parcial. Goiás.

1 Os autores são especialmente gratos à professora Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP) pelos comentários e sugestões aos trabalhos anteriores que resultaram neste artigo. Desnecessário dizer que os equívocos remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

ABSTRACT:

From the theoretical conjecture of two established fields of Language Sciences, namely the Historical Linguistics and Generative Theory, this article aims to provide a new perspective to look at the history of Brazilian Portuguese, specifically the history of emergence of Brazilian Portuguese in *Goiás* in the 19th and 20th centuries. To achieve this goal, evidences of change in expression of the subject in Brazilian Portuguese found in a 19th century manuscript are presented and analyzed. Linguistic and historical aspects that encompass the emergence of Brazilian Portuguese grammar in *Goiás* are also presented in order to postulate a hypothesis for syntactic change in the expression of the subject of Brazilian Portuguese in this region.

KEY-WORDS: Brazilian Portuguese. Partial null subject parameter. *Goiás*.

Introdução

Tradicionalmente, a Linguística Histórica possui dois eixos de pesquisa: o primeiro é estritamente linguístico e estuda a mudança interna às línguas naturais; o segundo, vinculado ao primeiro, envolve fatos sócio-históricos do período que abarca a mudança linguística em evidência. Do primeiro eixo, tem-se como resultado a chamada história interna da língua; do segundo, a história externa. Estudos em torno do conceito de famílias de línguas e da periodização de uma determinada língua representam o primeiro eixo de pesquisa, enquanto estudos em torno da gramática de línguas geradas pelo contato linguístico representam o segundo – afinal, conforme assinalou DeGraff (1999), a classificação de uma língua como crioula não se dá por meio da evidência de seus dados, mas, sim, pelo conhecimento da história social de sua comunidade.

Em ambos os eixos de pesquisa, o pesquisador em Linguística Histórica tem que lidar com “a documentação remanescente do passado” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 14) e, apoiado nela, articular os conceitos de língua e tempo de maneira que um dos pontos específicos dessa articulação esbarra na “contingência fundante do fazer histórico” (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 13), isto é, no distanciamento temporal entre a análise e o objeto analisado. Inserir, ou não, o percurso da mudança interna à língua à história social da comunidade, ou vice-versa, é, portanto, uma escolha metodológica do pesquisador frente a seu objeto de pesquisa, pois, em sua natureza ontológica, a língua não escolhe estar ou não no tempo (PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

Na tentativa de articular os conceitos de língua e tempo diante da contingência fundante do fazer histórico, resta ao linguista que lida com a hipótese

do contato linguístico na constituição da gramática de uma língua o artifício de relatar fatos históricos que possam auxiliar e corroborar sua análise. No quadro dos estudos sobre a história do português brasileiro (doravante PB), alguns pesquisadores recorreram a esse artifício, consagrando quatro fatores sócio-históricos do período colonial brasileiro como determinantes e condicionantes para a emergência da gramática do PB, quais sejam: a demografia e a mobilidade populacional (PESSOA DE CASTRO, 2001; MATTOS E SILVA, 2004); a escolarização durante os séculos XVI e XVIII e as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas decorrentes do século XVIII (MATTOS E SILVA, 2004).

Com base na congruência desses fatores, Pessoa de Castro (2001) e Mattos e Silva (2004), cada uma ao seu modo, defendem a hipótese de que, no Brasil colonial e imperial, os africanos e afro-brasileiros teriam difundido a língua portuguesa pelo território brasileiro, tendo em vista serem eles os povos que apresentavam maior contingente demográfico e maior mobilidade populacional. Mattos e Silva (2004) ainda ressalta a inexistência de um sistema educacional eficaz naquele período para promover o ensino formal e normatizado da língua portuguesa ao longo do território, situação que só viria sofrer algum revés com a política pombalina nos meados do século XVIII.

Apesar dos fatores sócio-históricos comuns de formação do PB como unidade social e política, é necessário compreender que o PB não é um bloco homogêneo cuja constituição se delineia a partir de um único conceito, de um único lugar (PESSOA DE CASTRO, 2001). Tornou-se lugar comum, nos estudos sobre a constituição do PB, suplantar histórias regionais de contato e formação linguística por uma concepção de história linguística que descreve a evolução da língua falada no Brasil desde o período colonial a partir, sobretudo, de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Embora histórias linguísticas regionais não se sobreponham aos elementos históricos e gramaticais comuns à constituição do PB, faz-se imprescindível contá-las, pois delas podem emergir novas agendas de pesquisas, ou, inclusive, respostas para velhas questões.

Diante do exposto, informamos que é objetivo deste artigo delinear alguns dos aspectos da formação linguístico-social de Goiás nos séculos XVIII e XIX, período em que uma quantidade significativa de falantes do português chegou e instaurou a língua na região. A motivação para esse empreendimento é a necessidade de se explicar o contexto linguístico-social em que construções sintáticas com sujeitos nulos indeterminados na terceira pessoa do singular, como reproduzido na figura 1 e transcrito em (1), foram geradas no século XIX em Goiás, apesar de a literatura especializada afirmar ser esta uma construção

gerada pela gramática do PB no século XX (cf. GALVES, 1987, 2001; NUNES, 1990; DUARTE, 1995; LUNGUINHO & MEDEIROS, 2009; entre outros).

Figura 1: *Memorial de lembrança Anna Joaquina da Silva Marques, março de 1885.*

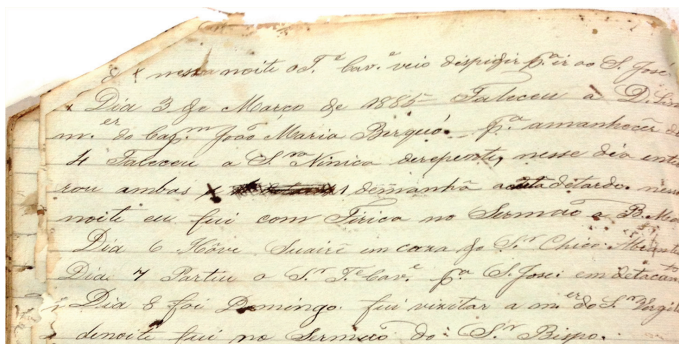


Foto: BORGES & NAVES (2015). Acervo legal: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Goiânia, Goiás.

(1) Dia 3 de Março de 1885 Faleceu a D. Lin[...] m.^{er} do Cap.^m João Maria Berquó. p.^a amanhecer / dia 4 Faleceu a S.^{ra} Ninica derepente, nesse dia **enterrou** ambas 1 demanhã aouta detarde.²

O dado acima, que apresenta verbo transitivo na terceira pessoa do singular e sujeito nulo indeterminado, foi retirado de um manuscrito goiano, escrito entre 1881 e 1930, pertencente ao acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, localizado em Goiânia, Goiás, e intitulado *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques* (doravante *Memorial*). Estudos recentes associam a construção em (1) a uma das propriedades que o PB apresenta por ser uma língua de sujeito nulo parcial (HOLMBERG & SHEEHAN, 2010; PILATI & NAVES, 2013; NAVES *et al.*, 2013; entre outros). Ora, se

2 Neste artigo, transcrevemos os dados do *Memorial* a partir de imagens digitalizadas do manuscrito original. As imagens pertencem ao projeto *Estudos sobre a constituição do Português Brasileiro*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Na transcrição, barras separam os dias da semana (que, geralmente, foram separados por linhas no original), o uso de negrito destaca o verbo da construção analisada, colchetes indicam ausência total ou parcial de vocábulo(s) ou sentença(s) por conta de deterioração ou ilegibilidade, e a informação entre parênteses ao fim de cada dado indica o mês e o ano em foi redigido. A grafia e a pontuação originais foram mantidas. Agradecemos à sugestão da professora Maria Eugênia L. Duarte (UFRJ), no Romania Nova VII, para que fosse elaborada uma melhor transcrição dos dados desta pesquisa – esperamos tê-la alcançado.

considerarmos a data de nascimento da autora do *Memorial*, a saber, 1855, e a hipótese inatista da linguagem da Teoria Gerativa, segundo a qual uma criança entre um e quatro anos de idade adquire a gramática de sua língua materna, isto é, adquire os parâmetros que distinguem sua língua das demais línguas naturais, inferimos que construções com sujeitos nulos indeterminados na terceira pessoa do singular surgiram, ao menos em Goiás, entre os meados do século XIX – o que poderia caracterizar a língua falada nessa região, desde aquele período, como uma língua de sujeito nulo parcial. Diante desse panorama, o que se pretende fazer neste trabalho é: analisar os aspectos linguísticos e também históricos envolvidos na emergência da gramática do PB em Goiás durante os séculos XVIII e XIX.

1. Aspectos da gramática do português brasileiro: um olhar a partir da expressão do sujeito

Holmberg & Sheehan (2010) assumem que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial. Para justificar essa hipótese, os autores argumentam que, nas línguas de sujeito nulo parcial, o traço [+definido], exigido nos traços- ϕ das línguas de sujeito nulo consistente como o italiano e o português europeu, não é requerido nas línguas de sujeito nulo parcial. Desse modo, línguas de sujeito nulo parcial: (i) apresentam construções com verbos meteorológicos e sujeitos nulos não argumentais, como em (2a); (ii) licenciam sujeito nulo não referencial de leitura genérica, como em (2b); e (iii) permitem sujeito nulo em orações finitas quando são controlados por um argumento em uma oração mais alta, como em (2c) (cf. HOLMBERG & SHEEHAN, 2010, p. 128- 131).³

- (2) a. Está chovendo.
 b. É assim que faz o doce.
 c. O João_i disse que (ele_i) tinha comprado uma casa.

No dado (2c), vale ressaltar, é possível que o pronome nulo tenha como referente um elemento linguístico de uma pergunta como “Tem notícias do

3 Cabe ressaltar que, antes de Holmberg & Sheehan (2010) postularem que o PB é uma língua de sujeito nulo parcial, diversos estudos a respeito da sintaxe do sujeito no PB foram realizados, em diversas perspectivas, até que esses autores pudessem chegar a essa hipótese (cf. PONTES, 1986, 1987; GALVES, 1987, 1998, 2001; DUARTE 1993, 1995; FIGUEIREDO-SILVA, 1996; NEGRÃO, 1999; KATO & NEGRÃO, 2000; MODESTO, 2000; RODRIGUES, 2004; entre outros).

Pedro₂ depois do casamento?”, como evidenciado em (3).

- (3) O João₁ disse que (ele₂) tinha comprado uma casa.

Holmberg & Sheehan (2010) afirmam, ainda, que algumas línguas de sujeito nulo parcial permitem que a primeira e a segunda pessoas do discurso sejam expressas com pronomes nulos mesmo sem um antecedente linguístico e que nenhuma dessas línguas permite que um determinado sujeito nulo de terceira pessoa seja incorporado a uma sentença finita sem um antecedente linguístico local. O PB, no entanto, tem apresentado uma redução significativa no licenciamento de sujeitos nulos de segunda e terceira pessoas sem referente linguístico. Com a reestruturação do quadro pronominal e do paradigma verbal do PB (cf. DUARTE, 1993, 1995; entre outros), a segunda e a terceira pessoas do singular e do plural possuem as mesmas terminações flexionais, impossibilitando a interpretação das segunda e terceira pessoas do discurso sem antecedente, como em (4).

- (4) a. (*2^a p.s / *3^a p.s) Nasceu em Jataí.
 b. (*2^a p.p / *3^a p.p) Nasceram em Jataí.

Conforme assinalamos na introdução, das construções que caracterizam o PB como língua de sujeito nulo parcial, interessa-nos, neste trabalho, analisar construções nas quais uma categoria vazia ocupa a posição de sujeito de um verbo conjugado na terceira pessoa do singular, como em (2b). Holmberg & Sheehan (2010, p. 129) associam construções como em (2b) às construções com *se*, também chamadas pela gramática tradicional de passivas sintéticas: “É assim que se faz o doce”.

De acordo com Naro (1976), as chamadas passivas sintéticas do português começaram a não mais apresentar o PP (*Prepositional Phrase*) com papel temático de agente a partir do século XVI. Para o autor, o apagamento do PP agente da passiva, no período clássico da língua, teria desencadeado a mudança na leitura da voz do verbo de passiva para ativa e, posteriormente, no padrão de concordância estabelecido por essas construções. Naro (1976) exhibe a agramaticalidade das passivas sintéticas com o agente expresso para o português contemporâneo, em (5a), em comparação com sua gramaticalidade em um verso de *Os Lusíadas*, correspondente ao Português Clássico, em (5b).

- (5) a. *Vendem-se estas casas pelos donos
(NARO, 1976, p. 780)
b. Aqui se escreverão novas histórias, por gentes estrangeiras.
(NARO, 1976, p. 781)

Em uma abordagem minimalista das construções com *se* com verbos transitivos no Português Europeu contemporâneo (doravante PE), Raposo & Uriagereka (1996) afirmam que o clítico *se* ocupa a posição de sujeito e que o DP (*Determiner Phrase*) não se comporta como um DP que está na posição de especificador de T (*Tense*) nem está ligado a uma categoria vazia. Para averiguar o estatuto do clítico e o comportamento do DP das construções com *se* em relação ao DP argumento externo de outras construções do PE, os autores realizam alguns testes. Um dos testes realizados demonstra o comportamento do sujeito de sentenças infinitivas complementos de predicados adjetivos, o qual pode ocupar uma posição pré-verbal nas formas ativas e passivas (cf. (6)). Em comparação com as construções com *se*, nota-se que o DP dessas construções não é aceito nessa posição, como em (7b) – cf. Raposo & Uriagereka (1996, p. 754).

- (6) a. Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.
b. Vai ser difícil os documentos serem aceites.
- (7) a. Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.
b. *Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

Outro teste que os autores esboçam, em relação ao comportamento do DP das construções com *se*, está em (8), em que se constata que: em (8a), a leitura é ambígua entre a interpretação indefinida ou recíproca; e, em (8b), a leitura é reflexiva/recíproca.

- (8) a. Os especialistas consultaram-se durante a operação.
b. Em que momento da operação os especialistas se consultaram?
(RAPOSO & URIAGEREKA, 1996, p. 765-766)

Ao analisar as sentenças, Raposo & Uriagereka (1996) constatam que a construção em (8b) só possui leitura recíproca, pois o adjunto é deslocado para a posição de tópico e, dessa forma, o DP assume a posição de sujeito – para os autores, é justamente por causa de o DP ocupar a posição de sujeito que a construção tem leitura recíproca. Já a leitura da construção em (8a) é ambígua

entre a interpretação indefinida ou recíproca devido ao traço [+humano] do DP e à possibilidade, segundo os autores, de o DP ocupar duas posições (uma para cada leitura): tópico e sujeito. Os autores sugerem, então, que, nas construções com *se* de leitura indefinida, o DP ocupa uma posição de tópico à esquerda de T, qual seja: F(orce)P. Dessa forma, em (8a), a leitura indefinida se dá com o DP na posição de especificador de F, enquanto a leitura recíproca se dá com o DP na posição de especificador de T.

Para dar conta do Caso nominativo valorado entre o DP e o verbo na interpretação indefinida da construção em (8a), os pesquisadores propõem que, no PE, o núcleo F, assim como T, pode valorar o Caso nominativo. Dessa forma, para Raposo & Uriagereka (1996), a posição de tópico F é onde, no PE, o DP argumento interno das chamadas passivas sintéticas recebe Caso nominativo. Os autores classificam, respectivamente, como construções com *se* indefinido as construções em que o DP ocupa a posição de especificador de F e estabelece a concordância com o verbo e como construções com *se* genérico as construções em que o DP não estabelece a concordância com o verbo e permanece na posição em que foi gerado, interno ao VP (*Verb Phrase*), recebendo, portanto, Caso acusativo (cf. (9))

- (9) Compra-se sempre demasiadas salsichas no talho Sanzot.
(RAPOSO & URIAGEREKA, 1996, p. 750)

Em relação à posição do clítico nas construções com *se* indefinido e genérico, os autores afirmam que *se* é um DP mínimo que possui traços semânticos reduzidos, como PRO, e: nas construções com *se* indefinido, checa o traço D de T e recebe Caso nulo, enquanto checa o traço D de T, mas recebe Caso nominativo nas construções com *se* genérico. A explicação de Raposo & Uriagereka (1996) é boa para o PE, mas, não o é completamente para o PB, pois, no PB, o DP argumento interno das construções com *se* indefinido não pode ocupar uma posição de tópico como F, uma vez esse núcleo parece não estar ativo na gramática do PB (cf. CAVALCANTE & MARCOTULIO, 2012), o que demonstra um caráter inovador da gramática do PB em relação ao PE.

De acordo com Pilati & Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), construções sem *se* e verbo na terceira pessoa do singular são licenciadas por propriedades sintáticas do PB que o diferenciam do PE. As autoras defendem que, no PB, um elemento dêitico com leitura locativa ou temporal licencia o sujeito nulo indeterminado dessas construções.

- (10) a. Aqui vende fruta.
(NAVES *et al.*, 2013)
b. Hoje vende fruta. Amanhã vai vender verdura.
(NAVES *et al.*, 2013)

Naves *et al.* (2013) também relacionam o elemento dêitico que licencia construções como (10) às condições que determinam a possibilidade restrita da ordem verbo-sujeito no PB – que também é licenciada sob o requerimento de uma relação dêitica com o tempo da fala (cf. PILATI, 2006). Assim, de acordo com as autoras, construções como (11) só são produzidas em contextos restritos: (11a) somente é proferida no momento em se dá/recebe a notícia de que Pavarotti morreu, enquanto (11b) somente é dita simultaneamente ao término de um jogo.

- (11) a. Morreu Pavarotti.
(PILATI, 2006)
b. Ergue o braço o juiz.
(PILATI, 2006)

Naves *et al.* (2013) mencionam, conforme já apontou ampla literatura, que construções com sujeito nulo indeterminado no singular não estão restritas a orações simples ou principais, mas também podem ocorrer em orações encaixadas, como em (12a). As autoras observam que, caso não houvesse um elemento de leitura locativa em (12a), a única leitura possível para a construção seria a de que o pronome nulo fosse referente de *Maria*, como em (12b).

- (12) a. Maria_i disse que aqui e_{*i/arb} vende frutas.
(NAVES *et al.*, 2013)
b. Maria_i disse que e_{i/*j} vende frutas.
(NAVES *et al.*, 2013)

Nas propostas de Pilati & Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), a presença de um elemento dêitico de leitura locativa ou temporal é suficiente para satisfazer o traço EPP de T em construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, afinal, como a leitura referencial de terceira pessoa no PB é bastante restrita, construções como em (10) e (12a) passam a não mais conter um elemento nominal com traço D capaz de satisfazer o traço EPP.

De acordo Naves *et al.* (2013), em construções como (10), o elemento locativo/temporal deve ser gramaticalmente interpretado como um pronome adverbial que satisfaz o EPP (nos casos em que há um elemento pré-verbal expresso, como em (10)) ou como um expletivo nulo (nos casos em que não há um elemento pré-verbal manifesto (como em (11))). Essa explicação busca responder não só o licenciamento de construções com sujeito nulo indeterminado no singular, mas também de construções com tópico-sujeito, construções de ordem verbo-sujeito e de construções com verbos meteorológicos. Naves *et al.* (2013) propõem ainda que, nas línguas de sujeito nulo parcial, como o PB, os traços [+definido], [+referencial] e [+pessoa] são subespecificados.

2. Aspectos da gramática do português em Goiás nos séculos XVIII e XIX

Nunes (1990) mostra que no século XIX algumas construções com *se* não apresentavam o clítico no contexto restrito da coordenação, que favorece a elipse. Nunes (1990) sugere, no entanto, que o apagamento do clítico em construções com *se* tenha se tornado comum à gramática do PB no século XX, com certa influência da escolaridade. Na pesquisa de Nunes (1990), tem-se que, no século XIX, 6,3% de 206 construções encontradas em manuscritos, isto é, 13 construções, não apresentavam o clítico em contexto de coordenação, enquanto no século XX cerca de 80% de 135 construções em contexto oral, isto é, 107 construções, não apresentavam o clítico *se*, sem, contudo, estarem limitadas ao contexto da coordenação.

Para analisar construções com e sem *se* na diacronia do português em Goiás, constituímos um *corpus* com dois manuscritos goianos, quais sejam: a edição *fac-símile* do *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes* (doravante *Diário*), organizada por Pinheiro & Coelho (2006) a partir de cópia do original da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e o *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques* (doravante *Memorial*), legalmente arquivado no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (Goiânia, Goiás). Na edição *fac-símile* do *Diário*, os organizadores utilizaram as *Normas técnicas para transcrição paleográfica de textos brasileiros*, de João Eurípedes Franklin Leal, para editar o documento que registrou as viagens feitas à capitania de Goiás por José de Almeida Vasconcellos Soveral e Carvalho (Barão de Mossâmedes), quarto governador das *Minas dos Goyazes*, escolhido diretamente pelo Marquês de Pombal, e Tomás de Souza Villa Real, escriba e geógrafo. O texto original foi escrito entre 1771 e 1773, e seu autor, o escriba, é de origem portuguesa.

Há também um escriba que não se identifica no texto, mas, segundo Pinheiro e Coelho (2006), é notória a distinção de sua caligrafia da caligrafia do geógrafo.

O *Memorial*, por seu turno, é constituído de cadernos e textos avulsos redigidos quase ininterruptamente por cinco décadas por Anna Joaquina da Silva Marques, com o intuito de que nada ao redor da vida da autora ficasse no esquecimento; por isso, há em todo o texto relatos simples da vida cotidiana, como visitas a conhecidos, as idas para beijar Senhor dos Passos, bem como relatos históricos, como o incêndio da Igreja da Boa Morte e os relatos da recepção dos vilaboenses às notícias sobre a queda do regime monárquico e a proclamação da República, entre outros acontecimentos.

Elegemos esses documentos por se enquadrarem parcialmente no mesmo gênero textual (diário de viagem e diário pessoal), pelo tempo percorrido na escrita de um para outro (um século) e por critérios técnicos, tais como autoria atestada pelos arquivistas e historiadores das instituições a que pertencem os manuscritos, legibilidade e conservação da grafia e do conteúdo sintático originais na transcrição dos dados. Em relação ao *Diário*, selecionamos apenas dados de sua segunda parte, escrita em 1773 e denominada *Diário 2º da Marcha* no frontispício do manuscrito, enquanto utilizamos apenas dados registrados entre os anos de 1881 e 1889 do *Memorial*, tendo em vista o recorte temporal dado à nossa investigação – século XIX. Vale ressaltar que a autora do *Memorial* é brasileira, nascida na cidade de Goiás, e de descendência ameríndia (cf. CARVALHO, 2008). O número de dados para compor o *corpus* foi de: 46 dados do *Diário* e 59 dados do *Memorial*, totalizando 105 dados.⁴

Os tipos de construção do *corpus* são: (i) construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do plural; (ii) construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular, uma característica das línguas de sujeito nulo parcial; (iii) construções com *se* indefinido e (iv) construções com *se* genérico, nos termos de Raposo & Uriagereka (1996). A seguir, apresentamos duas tabelas em que se discrimina o número de ocorrências de cada tipo de construção analisada.

Tabela 1: *Dados dos tipos de construção do Diário que compõem o corpus.*

Sujeito:	Tipos de construção:	Ocorrências:	Porcentagem:
<i>pro</i>	Sujeito nulo indeterminado no plural	7	15,22%
	Sujeito nulo indeterminado no singular	zero	zero

4 A quantidade de dados das construções aqui estudadas é apenas uma amostra.

SE (DP mínimo)	Construções com <i>se</i> indefinido	10	21,74%
	Construções com <i>se</i> genérico	29	63,04%
Total:		46	100%

Tabela 2: Dados dos tipos de construção do Memorial que compõem o corpus.

Sujeito:	Tipos de construção:	Ocorrências:	Porcentagem:
<i>pro</i>	Sujeito nulo indeterminado no plural	6	10,17%
	Sujeito nulo indeterminado no singular	38	64,40%
SE (DP mínimo)	Construções com <i>se</i> indefinido	zero	zero
	Construções com <i>se</i> genérico	15	25,43%
Total:		59	100%

A primeira observação que fazemos em relação aos dados apresentados nas tabelas acima é sobre as construções com *se* indefinido e *se* genérico. No *Diário*, escrito no século XVIII, elas são predominantes e correspondem a 84,78% das construções analisadas. Por outro lado, nos dados do *Memorial*, especificamente na parte do documento escrita durante o século XIX, não há sequer um dado de construção com *se* indefinido e pouco mais de 25% das construções são com *se* genérico. No *Diário*, nenhuma das construções com *se* em que o DP argumento interno em função de sujeito está pluralizado deixa de estabelecer a concordância dos traços flexionais de número e pessoa com o verbo, sendo caracterizadas, segundo a proposta de Raposo & Uriagereka, como construções com *se* indefinido (cf. (13)).⁵

- (13) a. e **se tirarão** muntas arrobas de Ouro (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 85)
 b. e no mesmo perigo **se vem** os Reais Quintos de sua Magestade quando todos os anos sam conduzidos da Intendência de Sam Felis para os Cofres de Villa Boa (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 89)
 c. outros produtos maravilhosos **se tem** visto neste terreno, que tem menos de hum outavo de legoa (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 91)
 d. Pellas Arvores da vezinhança do Povo, **se ouviam** continuadas vozes dos meninos Viva sua Excellencia (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 91)

5 Ao término da transcrição dos dados do *Diário*, fazemos referência às páginas onde os dados podem ser encontrados na edição *fac-símile* organizada por Pinheiro & Coelho (2006).

- e. fôy fundado no anno de 1737, andando-se sucavando o seu Ribeyram na deligencia de ouro, achando-se munto **se effectuaram** muntas Minas (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 95)
- f. onde lhe fês o R^{do}. Vigr^o. as cerimonias, q **se particam** (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 105)
- g. Enformado S. Ex^a. m^{to}. antes, e vendo ali ocularm^{te}. o facil modo com q. **se podião** fazer extravios de ouro (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 121)
- h. e naquellas eminencias **se admirarão** as muntas cachoeiras de chrialzanas águas (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 129)
- i. Mandou lançar hum bando com circunstances taes q. por elle **se evitaram** os vadios desta capitania (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 139)
- j. as novas Bandeiras, q **se estam apromptando** p^a. novos Descubertos de ouro (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 139)

Os dados de construções com *se* do *Diário*, em (13), mostram, de acordo com a análise de Raposo & Uriagereka (1996) para as construções com *se*, uma gramática mais próxima do PE, na qual o DP argumento interno de construções com *se* indefinido estabelece a concordância com o verbo após receber Caso nominativo na posição de especificador de F. Em relação ao *Memorial*, apenas uma construção com *se* poderia ter apresentado verbo no plural por causa do DP argumento interno pluralizado e, portanto, poderia ter sido classificada como construção com *se* indefinido. Contudo, o verbo aparece no singular, ou seja, sem marca de concordância explícita com o DP argumento interno, conforme constatado em (14).

- (14) Dia 10 de Novembro Cazou-se Amanda com (o Aspeçada) Abias; o cazam.^{to} civil foi na escola de Nhola, e o Religiozo na Igreja do S. Francisco depois do cazam.^{to} **dansou-se** 2 quadrilha as 8 ½ horas da noite levou-se o Noivado em caza (na rua da Abadia) (*Memorial*, novembro de 1895)

No que concerne à ocorrência de construções com *se* genérico, notamos no *Memorial* uma característica inovadora em relação ao mesmo tipo de dado encontrado no *Diário*: a ocorrência de construções com *se* genérico com objeto nulo. Inferimos que uma das razões para se poder apagar o objeto das construções com *se* genérico é o fato de o argumento interno dessas construções

não estabelecer concordância com o verbo. Reproduzimos as três ocorrências a seguir.⁶

- (15) a. Hoje comprão-me um bilhete de loteria (da corte (hoje que **mandou-se** (*Memorial*, maio de 1881)
 b. Dia 23 as 3 horas da manhã Manoel daqui morreu as 2 oras **enterrou-se** (Sexta-feira da Piaxão nessa noite hove prosição. (*Memorial*, março de 1883)
 c. Dia 18 Maria Altina f.^a do Snr.^o Luiz Jardim morreu. / Dia 19 **enterrou-se**. (*Memorial*, setembro de 1883)

Já no que tange às construções com sujeitos nulos no plural, observamos que o número de ocorrências é quase o mesmo nos dois manuscritos: 7, para o *Diário*, e 6, para o *Memorial*. Em (16a) e (16b) transcrevemos dados de construções com sujeito nulo indeterminado no plural do *Diário* e do *Memorial*, respectivamente.

- (16) a. Ainda q. neste Arrayal já **tinhão** recebido a S. Ex.^a. quando veio do Rio de Janr.^o. p.^a. V.^a. Boa; comtudo igual aplauzo lhes **fizerão** neste dia; **reberam-no** debaixo do Palio (PINHEIRO & COELHO, 2006, p. 135)
 b. Dia 6 foi dia de Reis, ouvimos Missa em caza do S.^r Cap.^m Constancio; depois a fa.^{ma} de D.^r Azeredo passarão o dia em nossa caza, as 3 horas estavamos jantando, q.^{do} **vierão** chamar D.^r Azeredo p.^a ir ver o S.^r Ant.^o Alves q' tinha tido um ataque, q.^{do} o Azeredo chegou em caza de Tiasenhora, já o achou morto. (*Memorial*, janeiro de 1881)

Dos resultados apresentados nas tabelas, os que mais nos chamam a atenção são: a ausência de construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no *Diário*, e, por outro lado, a altíssima porcentagem dessas construções no *Memorial*: 63%. Vejamos.

- (17) a. Dia 28 Lili passou dia em caza de Mariq.^a e denoite f.^{mos} a camba[...]
 / Dia 29 Cazou-se o João Bonifácio Marq.^{es} Fogaça, com a Snr.^a Maria

6 Agradecemos à professora Charlotte Galves (Unicamp) pelo gentil comentário que, durante o Romania Nova VII, abriu nossos olhos para a interpretação equivocada que estávamos dando a dados que aparentemente possuíam objeto nulo.

da Conceição Oliveira (F.^a de Ninina) / Dia 30 **Baptizou** á f.^a do Snr^r M.^{el} Thomaz, forão os pad.^{ros} Ritinha f.^a do Ant.^o Pinto, e o Jozino f.^o do Angelo Gusmão. denoite hove baile em caza do Baptizado (*Memorial*, julho de 1881)

b. Dia 18 o S.^r Joaqui.^m Fern^z esteve aqui denoite, q.^{do} elle sahiu entrou a Anna Joaquina daqui de fronte q^o veio despudir p.^a ir p.^a Barra. / Dia 17 Faleceu ó Cadête Candido Gonsaga, e **enterrou** dia 18 / Dia 20 eu e Lili fomos ver a prosição de caza de Mariq.^a (*Memorial*, janeiro de 1882)

c. Dia 14 de Novembro de 1883 3^a feira as 5 oras da manhã Falecêu ó Conego Pio. a tarde foi Sepultado. nessa mesma tarde Falecêu Pedro cunhado do Antonio M.^{el} **sepultou** no dia seguinte. (*Memorial*, novembro de 1883)

d. Dia 13 foi Domingo fui em caza de Ritta depois fui a Novena. / Dia 14 Mariq.^a fez annos; fomos jantar lá. q.^{do} vim fui a novena. / Dia 15 depois da novena **alevantou** mastro de N. S. do Carmo. (*Memorial*, julho de 1884)

e. Dia 3 de Março de 1885 Faleceu a D. Lin[...] m.^{er} do Cap.^m João Maria Berquó. p.^a amanhecer / dia 4 Faleceu a S.^{ra} Ninica derepente, nesse dia **enterrou** ambas 1 demanhã aouta detarde. (*Memorial*, março de 1885)

f. Dia 11 Faleceu Candida m.^{er} do Alf^s Franc.^o M.^{el} de Velasco. / Dia 12 as 5 oras da tarde **sepultou-a** com toda soled.^e de padres. (*Memorial*, agosto de 1887)

g. Dia 3 Nhola e Lili forão vizitar P.^e J.^e Iria. / Dia 4 Domingo Nos todos fomos a missa as 8 oras da manhã Falecerão P.^e José Iria e o C.^{ol} Constancio Rib.^o da Maia. este **sepultou** detarde e aquelle foi depositado na Bôa morte p.^a outro dia. (*Memorial*, setembro de 1898)

h. Dia 28 detarde eu fui no Rozario q.^{do} vimos Eu e Nhola fomos dar os pezames a D. Deolinda Luiz de Cam.^o Rosinha e Antonina. / Dia 29 Eu Maria e Annicca Macedo fomos no Theatro, **representava** (Direito por linhas torta). / Dia 30 Domingo chueu m.^{to} (*Memorial*, outubro de 1898)

i. Dia 20 denoite eu e Lili fomos em caza do S.ⁿ José Povôa vizitar meu afilhado q^o estava duente. / Dia 22 Ritinha e Mariq.^a de Souza esteve aqui. nessa tarde **enterrou** o Deco f.^o do P.^e David (*Memorial*, abril de 1885)

j. Dia 13 a 1 ora do dia o Prezidente tomou posse. a posse foi no

Licêu. Eu e Lili fomos ver em casa do Dr. Virgílio. detarde vimos a prosição de N. S. da Boa Morte. / Dia 15 foi Domingo. m.^a may fez annos. de tarde Mariq.^a Marcolina e Deolinda veio ver prosição aqui. / Dia 16 **Sepultou** a m.^{er} do Alf^s Thomaz da Fonseca. (*Memorial*, agosto de 1886)

k. Dia 18 Eu e Nhola fomos em casa de Fleuryz.^o vizitar Mariann.^a e Marica q. tiverão filhos. / Dia 19 D. Luiza m.^{er} do Alf.^s Tertuliano veio aqui. / Dia 20 **Derubou** a frente do Carmo. Dia 21 fomos beijar Senhor dos Passos. (*Memorial*, outubro de 1898)

l. Dia 12 Falecêo a Sogra de Cincinato (D. Missias) / Dia 13 Eu e Lili a missa as 7 horas no Roz.^o de S.^{ta} Luzia, neste anno Nhola deu a D. Deolinda 1 anel e coco e doce de Coco. / Dia 14 **principiou fazer** estuqui aqui na Sala. / Dia 15 Eu e Lili e Alx.^a fomos em casa de João Guima.^{es} e Nhola Mariq.^a e Mari^a e Benedita forão em casa de Firmo (*Memorial*, dezembro de 1898)

m. Dia 17 Mariq.^a Alexandr.^a esteve aqui denoite. / Dia 18 Domingo Mar^a fez annos. depois Eu e Lili fomos em casa de Maria Povôa e Iaya Albano. De tarde M.^{cl} X.^{er} e Nhanha veio cá. / Dia 19 **Pintou** o estuque da Sala. / Dia 21 Lili e Maria e Benedicta forão em casa de João Maria Berquó. detarde Silvina veio aqui. (*Memorial*, dezembro de 1898)

n. Dia 22 Eu Nhola e Mariq.^a fomos em casa de Silvestre S.^{ta} Anna / Dia 23 **esteve** aqui **trabalhando fazendo** sualho Nessa tarde Nhola foi conversar com Silvina Sobre o Leilão de N. S. do Carmo. (*Memorial*, dezembro de 1898)

Além de possuírem verbo conjugado na terceira pessoa do singular e categoria vazia na posição de sujeito, as construções como em (17) do *Memorial* apresentam as seguintes características: (i) possuem verbo que, na sua estrutura argumental canônica, requerem um argumento com papel temático de agente na posição de sujeito (que evidentemente, nos dados, está vazia); e (ii) não apresentam elemento nominal ou pronominal antecedente ao verbo que, sintaticamente, possa atribuir referencialidade à categoria vazia. Cabe ressaltar que alguns dados, a exemplo de (17n), possuem um elemento nominal que, não fosse o contexto do evento relatado, poderia ser gramaticalmente interpretado como o sujeito da construção com sujeito nulo. O contexto do evento descrito pelas construções (17l), (17m) e (17n), em que se constata que a autora do *Memorial* relata, em meio a outros acontecimentos, as etapas de uma reforma

em sua casa, mostra-nos que nem sempre um DP em uma oração antecedente, como em (17n), pode ser tomado como referente de um sujeito nulo nos dados do *Memorial*.⁷

Ademais, em relação ao dado (17f), poder-se-ia afirmar que o sujeito nulo do verbo *sepultar* retomasse o nominal *o Alff^s Franc.^o M.^{el} de Velasco*, encaixado em um PP na oração anterior. Contudo, se compararmos (17f) com o dado a seguir em (18), em que nenhum nominal da oração antecedente pode ocupar a posição de sujeito da construção com o verbo *enterrar*, verificamos que, na gramática do *Memorial*, os DPs de orações antecedentes não são retomados pelos sujeitos nulos de construções como (17).

- (18) Dia 16 foi Domingo eu e Lili fomos a cambaubá / Dia 18 Maria Altina f.^a do Snr.⁷ Luiz Jardim morreu. / Dia 19 **enterrou-se** / Dia 20 eu estive em caza de Mariquinha. nessa tarde Chegou Joaq.^m Fernz. da Côrte (*Memorial*, setembro de 1883)

Atribuímos essa restrição ao que constatou Naves *et al.* (2013): os traços [+definido], [+referencial] e [+pessoa] de línguas de sujeito nulo, como o PB, são subespecificados. Justamente pelo fato de as construções com sujeitos nulos indeterminados no singular do *Memorial* não possuírem um elemento com traço [+definido], [+referencial] e [+pessoa] satisfazendo o EPP, lançamos a hipótese de que, no século XIX (período em que nasceu a autora do *Memorial* e em que ela iniciou sua escrita), a língua predominantemente falada em Goiás já emergia como uma língua de sujeito nulo parcial.

É necessário fazermos uma observação dos dados em (17) em relação à proposta de Holmberg & Sheehan (2010) para as línguas de sujeito nulo parcial. Os autores alegam que os sujeitos nulos das construções indeterminadas nas línguas de sujeito nulo parcial devem possuir leitura genérica (leitura na qual falante e ouvinte estão inclusos no evento expresso pelo verbo), os dados de sujeitos nulos indeterminados no singular do *Memorial*, todavia, apresentam

7 Os verbos das construções com sujeitos nulos indeterminados no singular do *Memorial* que compõem o *corpus* aqui analisado são transitivos diretos (*enterrar*, *sepultar*, *batizar*, *derrubar*, *ler*, *fincar*, *arrancar*, *levantar*, *desmanchar*, *fazer*, *representar*, *principiar*, *pintar*, *reproduzir*, *acabar*, *limpar*, *apartar*, *pôr*), com exceção da locução verbal *estar trabalhando*, que tem leitura inergativa – é importante notar, contudo, que, para prosseguir a narrativa do evento, a autora insere um verbo transitivo logo após a locução *estar trabalhando*. Todos os verbos tiveram apenas uma ocorrência, com exceção dos verbos *enterrar* (9), *sepultar* (8), *batizar* (3) e *derrubar* (2).

leitura arbitrária (leitura na qual falante e ouvinte estão excluídos do evento descrito pelo verbo). Essa leitura, aliás, pode ser verificada pela impossibilidade das construções em (17) serem parafraseadas com elementos pronominais de leitura genérica (19), o que, de acordo com Holmberg & Sheehan (2010) e também Kato & Duarte (2014), pode ocorrer em construções com sujeitos nulos indeterminados no PB (20).

- (19) a. Dia 15 depois da novena (*A gente/*você) **alevantou** mastro de N. S. do Carmo.
 b. Dia 29 Eu Maria e Annicca Macedo fomos no Theatro, (*A gente/*você) **representava** (Direito por linhas torta). Dia 30 Domingo chueu m^{to}
- (20) a. Ø_{gen} não pode fumar aqui.
 (KATO & DUARTE, 2014, p. 9)
 b. A gente não pode fumar aqui.
 (KATO & DUARTE, 2014, p. 9)
 c. Você não pode fumar aqui.
 (KATO & DUARTE, 2014, p. 9)

Mesmo apresentando leitura arbitrária, os dados em (19) também não podem ser parafraseados com nomes ou pronomes de leitura arbitrária (21).

- (21) a. Dia 15 depois da novena (*o pessoal/*alguém) **alevantou** mastro de N. S. do Carmo.
 b. Dia 29 Eu Maria e Annicca Macedo fomos no Theatro, (*o pessoal/*alguém) **representava** (Direito por linhas torta). Dia 30 Domingo chueu m^{to}

Caso os verbos em (21) estivessem no plural, seria possível a paráfrase com o pronome de leitura arbitrária *eles*, que é o pronome do PB contemporâneo com o mais alto grau de impessoalização do sujeito de terceira pessoa no plural (cf. SOUZA, 2013). Isso demonstra que, nas construções com sujeitos nulos indeterminados, a conjugação do verbo na terceira pessoa do singular não é trivial. O que está em jogo no licenciamento dessas construções, portanto, são propriedades referentes ao parâmetro do sujeito nulo parcial: os traços de definitude, referencialidade e pessoa, que são mais subespecificados nas construções com sujeitos nulos indeterminados quando o verbo está na terceira pessoa do singular.

Indubitavelmente, um aspecto sintático que possibilitou o licenciamento de construções com sujeitos nulos indeterminados no singular no *Memorial* foi o uso de elementos dêiticos temporais, especialmente à esquerda dos verbos, corroborando a análise apresentada por Pilati & Naves (2013) e Naves *et al.* (2013), uma vez que as ocorrências de sujeito nulo indeterminado no singular foram ancoradas temporalmente na especificação da data em que os eventos aconteceram, ou seja, configurou-se uma dêixis temporal que licenciou a ocorrência de dados com leitura indeterminada e arbitrária da terceira pessoa do singular sem *se*.

3. Sobre a emergência da gramática do português brasileiro em Goiás: questões históricas e gramaticais

Nesta seção, apresentamos um breve panorama da hipótese que temos desenvolvido para defender, dentro dos quadros teóricos da Linguística Histórica e da Teoria Gerativa, que o contato de línguas e a mestiçagem foram os fatores sociais que esboçaram a constituição do PB em Goiás, definindo o contexto de aquisição e emergência de sua gramática. Na primeira parte da seção, nos valeremos especialmente de estudos demográficos para delinear o panorama linguístico social de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Na segunda parte da seção, argumentamos que a aquisição e a difusão do português em contexto de contato de línguas foram responsáveis pela mudança na expressão sintática do sujeito que caracteriza, em nossas palavras, a emergência da gramática do PB em Goiás.

3.1. Povoando o Brasil Central: a mestiçagem em Goiás

A começar pelo seu topônimo, o atual estado de Goiás traz consigo as idiosincrasias de sua formação étnica, linguística e cultural, sem, contudo, deixar de se inserir no processo colonizador e de ocupação da América pelos portugueses. Segundo Quintela (2003), o topônimo *Goyaz* refere-se a um etnônimo de povos indígenas que possivelmente nunca foram contactados pelos colonos. Não há fontes documentais nem arqueológicas que possam asseverar a história de que índios *goyazes* tenham habitado as terras da nascente do rio Vermelho e a região próxima da Serra Dourada (QUINTELA, 2003). Provavelmente o termo *Goyá* era de origem Tupi e fora utilizado para designar, diferentemente do termo Tapuio, o índio do interior do território brasileiro que apresentava “afinidades linguísticas, gentílicas e etnológicas” (QUINTELA, 2003, p. 155) com os índios Tupi-Guarani da costa continental brasileira. Independentemente da factível presença de índios *Goyazes* no Brasil Central, os colonos batizaram uma das três grandes

regiões administrativas das minas de ouro de *Minas dos Goyazes* – o topônimo permaneceu, com alterações fonológicas e ortográficas, na instituição da capitania (1748-1821), da província (1821-1889) e do estado de Goiás (1889).

Por razões histórico-geográficas, ao mencionarmos a capitania de Goiás, referimo-nos à região que integrava o atual estado de Tocantins, o Triângulo Mineiro e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão a seu domínio político-administrativo. Sabe-se que o Triângulo Mineiro desintegrou-se da capitania de Goiás em 1808 e os limites das fronteiras com Mato Grosso e Maranhão foram redefinidos. No que se refere ao estado de Goiás, trazemos à memória o fato de que o estado de Tocantins, que também chegou a pertencer à capitania de São João das Duas Barras entre 1804 e 1814, tornou-se uma unidade federativa autônoma em 1988. Diante disso, é necessário ressaltar que, em nosso escopo de pesquisa, essas regiões apenas caracterizam Goiás como instituição histórica, pois a análise linguística em manuscritos goianos que realizamos tem o atual estado de Goiás como referência institucional e geográfica.

Quando Domingos Luiz Grou e Antônio de Macedo realizaram a primeira das expedições bandeirantes rumo ao Planalto Central (1590-1593), constava nessa região uma grande quantidade de povos autóctones, especialmente índios do tronco linguístico Macro-Jê. Acredita-se que a língua geral paulista (LGP) foi utilizada por bandeirantes e ameríndios nas expedições para desbravar o interior do Brasil (cf. MATTOS E SILVA, 2004, p. 76-82). Argumentamos, todavia, que o uso da LGP nos caminhos das expedições não a teria tornado língua veicular dos primeiros aglomerados urbanos que se formaram nas *Minas dos Goyazes*, pois, além da ausência de documentação que corrobore essa hipótese, há dois fortes fatores contrários a seu uso e predomínio na região: a majoritária presença de ameríndios do tronco linguístico Macro-Jê habitando a região, especialmente nos aldeamentos indígenas que se formaram ao redor das vilas e arraiais, e a presença de africanos e negros escravizados que também não participaram do processo de formação e difusão da LGP.

A respeito dos índios que habitavam o território dos supostos *goyazes* quando se iniciou a povoação colonizadora, a historiografia goiana classifica-os, de acordo com seus troncos linguísticos, em dois grandes grupos: os Macro-Jês e os Tupis (cf. CHAIM, 1974; ROCHA, 1998; entre outros). Os Macro-Jês eram o grupo de maior número populacional na região e eram compostos por índios como os Akuên (Akroás, Xacriabás, Xavantes e Xerentes); os Kaiapós (Kaiapós do Sul e Kaiapós Setentrionais); os Timbiras (Apinajés, Krahôs, Gavião, Canela, Afotogés, Corretis, Otogés, Porecramecrãs, Macamecrãs e Temembus) e os Karajás (Karajás, Javaés e Xambioás). Por outro lado, compunham o grupo Tupi

os temidos índios Avá-Canoeiros, os Tapirapés, e os Guajajara (Tenetehara).

É bem sabido que os estudos demográficos a respeito da composição etnicorracial das populações ao redor do mundo possuem informações que auxiliam análises das mais variadas áreas de pesquisa. Para a pesquisa em Linguística Histórica voltada para a história externa do PB, os estudos demográficos auxiliam o pesquisador a compreender a demografia etnicorracial e linguística que se compôs nos territórios do Brasil colonial e, especialmente, a delinear o processo de expansão e promoção da língua portuguesa pelo extenso e multilíngue território brasileiro. Com base num estudo crítico que busca reconstruir os dados de uma vasta documentação a respeito da população brasileira datada das três últimas décadas do século XVIII, Alden (1963) afirma que as primeiras estimativas populacionais da capitania de Goiás contavam com poucos documentos censitários, sendo principalmente documentadas nas cartas dos presidentes da capitania. Entre 1772 e 1782, o autor aponta que os registros censitários contabilizam uma população que chegou ao seu ápice no período colonial: pouco mais de 55 mil habitantes.

De acordo com Alden (1963), por influência de determinações de Portugal, como uma circular destinada às capitanias do Pará, Goiás e São Paulo, a maioria dos censos realizados nas décadas finais do século XVIII não tinha o critério racial como categoria e ignorava os povos autóctones. Apesar de excluídos dos censos, supõe-se que no primeiro século de ocupação da capitania de Goiás havia um número relativamente alto de indígenas na região, pois, de acordo com Rocha (1998) e Garcia (2010), no século XIX, a população indígena em Goiás chegou a ser calculada em torno de trinta mil, com cinco a oito mil índios vivendo em aldeamentos.⁸

Em 1804, teve-se o primeiro registro de um censo oficial na capitania, o qual adotou o critério racial para classificar a população e a distinguiu em pretos, pardos e escravos. O censo demonstrou uma queda no número de habitantes na capitania: 50.764 mil habitantes, dos quais 7.131 eram brancos, 16.531 eram pardos, 7.943 eram pretos e 19.159 eram escravos – isto é, 14,05% da população eram brancos, enquanto 85,95%, incluindo os escravos, eram pretos ou pardos (PALACÍN & MORAIS, 2004, p. 56-59). De acordo com Alden (1963), o censo de 1804 é mais elaborado do que os demais, mas também parece estar incompleto, uma vez que relata um total da população significativamente menor do que o indicado nas fontes anteriores. Para o autor, é naturalmente possível que a capitania de Goiás tivesse perdido população durante o último quartel

⁸ É possível que a província de Goiás possuísse a maior população indígena do Império brasileiro (cf. GARCIA, 2010, p. 131-137).

do século XVIII, ao contrário da tendência geral ascendente em todo o Brasil, mas uma questão permanece: por quê?

Supomos que uma das explicações possíveis, que poderia, inclusive, justificar em partes a omissão de dados referentes aos povos negros e africanos nos censos, é a organização dos quilombos em Goiás. De acordo com Palacín (1972) e Karasch (1996; 2013), em Goiás, havia um número muito grande de quilombos em torno dos arraiais. Ora, se a maior parcela da população registrada era de negros e mestiços potencialmente escravizados, uma parte da queda vertiginosa da população presumivelmente ocorreu devido à fuga desses povos para o espaço que instituíram para si como de resistência, os quilombos. A maior comunidade de remanescentes de quilombo do Brasil, por exemplo, o quilombo Kalunga, está localizada em Goiás, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.⁹

De acordo com Silva (2008), além do quilombo Kalunga, alguns dos quilombos que se organizaram em Goiás foram: Ambrósio, Três Barras, São Gonçalo, Pilar, Muquém, Papuã, Acaba Vida, Tesouras, Mesquita, Cedro e Forte (que hoje se tornou o município de São João d'Aliança). Desses quilombos, apenas Kalunga, Mesquita e Cedro resistiram à opressão sistêmica da empresa colonial. Recentemente, contudo, diversas comunidades rurais goianas lutam pelo reconhecimento de que são remanescentes de quilombos. A comunidade rural Tomás Cardoso, localizada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, na região central de Goiás, por exemplo, só obteve seu reconhecimento político de que é remanescente de quilombo em outubro de 2013.

Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 constatavam que a população da província de Goiás ultrapassara os 160 mil habitantes, dos quais cerca de 140 mil (87,5%) eram nascidos na província. Havia 132.027 pessoas livres, das quais 56.361 mil eram profissionais agrícolas: 52.361 eram lavradores e 3829 eram criadores de animais, o que equivale a aproximadamente 35% da população livre. Os escravos somavam 10.652 almas, das quais 8.629 (ou seja, 81%) tinham nascido ali. A seguir, apresentamos números relevantes para a análise da população da província goiana no que concerne a seu quadro étnicorracial e educacional.¹⁰

9 Mattos e Silva (2004, p. 86-89) define os quilombos como laboratórios da constituição do PB por causa de a maioria deles terem tido e ainda terem o português como língua veicular e por terem admitido povos indígenas e também portugueses como membros de seu coletivo.

10 Os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 mencionados neste artigo foram reajustados de acordo com o método do resultado predominante (MRP) desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento

Tabela 3: *Raça e instrução na província de Goiás (1872).*

CATEGORIAS	TOTAL	PORCENTAGEM ¹¹
<i>Raça</i>		
Branco	41.938	26,2%,
Pardo	90.490	56,4%
Preto	23.710	14,8%,
Caboclo	4257	2,6%
<i>Instrução</i>		
Sabem ler e escrever	22.663	15%
Frequentam a escola (crianças de 6 a 15 anos)	3806	2%

Apesar de mais isolada, os dados acima mostram que, em termos percentuais, o nível de instrução na província goiana era igual ao restante do Império: aproximadamente 15% da população sabiam ler e escrever, enquanto pouco mais de 2% da população (crianças no período escolar) frequentavam a escola. Esse quadro sugere que a população goiana em sua maioria, especialmente os não brancos, não estava voltada para tradições culturais em torno da escrita, o que diminuiria ou aniquilaria a influência normativa europeia e da costa brasileira na língua falada na região e, por outro lado, aumentaria a participação da população em torno de práticas da cultura oral, a exemplo da música, dos ritos religiosos e da poesia (cf. MORAES, 1999; KARASCH, 2013).

Os dados referentes ao quadro étnicorracial, que revelam uma população majoritariamente mestiça (aproximadamente 74% da população eram pretos, pardos ou caboclos), fazem-nos atentar para a mestiçagem que se forjou em Goiás. As bandeiras paulistas, a formação dos aldeamentos indígenas e o tráfico negreiro possibilitaram um processo de miscigenação até então não visto em outra região da América portuguesa.¹²

De acordo com Fausto (2011), indígenas da família linguística Tupi-

e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados reajustados foram disponibilizados em um aplicativo virtual – “Pop 72-Brasil”, disponível no site: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br>.

11 O cálculo de porcentagem foi baseado no valor estimado da população (160.000) e apresenta pequenas variações em suas últimas casas decimais.

12 De acordo com Alencastro (2000), no Brasil, a miscigenação engendrou a mestiçagem, “processo social complexo dando lugar a uma sociedade plurirracial” (ALENCASTRO, 2000, p. 353). O processo de mestiçagem brasileiro, que se estratificou, é, antes de tudo, resultado da opressão sistêmica do escravismo colonial, “parte consubstancial da sociedade brasileira” (ALENCASTRO, 2000, p. 353).

-Guarani oriundos da costa continental e mestiços descendentes de indígenas eram a grande maioria das pessoas nas bandeiras empreendidas pelos paulistas. Ademais, os primeiros bandeirantes que vieram habitar a capitania de Goiás não eram os mesmos homens brancos e europeus que iniciaram a colonização na costa do país, eram em grande maioria filhos de portugueses ou filhos de homens nascidos no Brasil com mulheres indígenas. Possivelmente, possuíam o português que se emergia na região paulista ou a LGP como língua materna – ou, até mesmo, possuíam ambas as línguas como língua materna.

Inicialmente, os escravos trazidos para a capitania de Goiás deveriam ser, em sua maioria, negros já nascidos no Brasil e que adquiriram o português como língua materna. Posteriormente, com as mortes nas minas, foram repostos por negros ou africanos das capitanias de Minas Gerais ou de Mato Grosso e por africanos que desembarcavam nos portos do Rio de Janeiro, da Bahia ou de Santos. Ao se analisar a histografia goiana a respeito da origem dos escravos africanos e afro-brasileiros em Goiás, nota-se que os historiadores utilizam elementos culturais e religiosos, registros das regiões provedoras de escravos e dados cartoriais para indicar as possíveis origens dos povos africanos em Goiás (cf. MORAES, 2002; SILVA, 2008; LOIOLA, 2009; KARASCH, 2013). Em geral, o debate gira em torno de determinar a origem banta ou sudanesa dos povos africanos que vieram para a região dos *Goyazes*.

É necessário ressaltar que as categorias que definem as identidades étnicas tanto da capitania quanto da província de Goiás são imprecisas, pois, além de os censos omitirem dados em relação aos indígenas, não houve a utilização de critérios objetivos para definir o que era, por exemplo, preto, escravo ou pardo no censo de 1804 – ora, o que caracterizava etnicamente a categoria escravo? Em 1872, homens e mulheres de origem mestiça e pele branca teriam sido classificados como brancos, pardos ou caboclos? Esses impasses remetem-nos a Soares (2009), que afirma que tanto a nação que se constituía quanto a cor foram partes da atribuição colonial e estavam sujeitas a variações regionais e investidas de crenças pouco convincentes: “A documentação reflete o que se escreve dos negros (...) e sobre os indígenas. É a palavra daquele que domina dando cor e signos àqueles de quem se escreve” (SOARES, 2009, p. 46).

Retomando a questão da mestiçagem, os Tapuios do Carretão podem ser tomados como exemplo da miscigenação que se teceu em Goiás e resultou na mestiçagem como elemento-chave de sua formação etnicorracial. De acordo com Ossami de Moura (2006), por se tratar de um termo para designar o conjunto de índios não Tupis do Brasil colonial, o termo Tapuio não pode designar historicamente os índios do Carretão, mas os designa como índios resultantes

do contato interétnico e da miscigenação propiciados pela política de aldeamentos indígenas em Goiás, especificamente do aldeamento Carretão ou Pedro II instituído em 1788. Os Tapuios do Carretão vivem na Terra Indígena do Carretão, localizada na região situada entre a Serra Dourada (Tombador) e o Rio São Patrício (Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América, e são resultantes da miscigenação entre índios Xavantes, Xerentes, Kaiapós do Sul, Karajás (Javaés), brancos e negros escravos fugidos das fazendas. Apesar de ter se gestado inicialmente por povos de línguas variadas, os Tapuios do Carretão têm apenas o PB, em sua variedade local, como língua materna. É, pois, num contexto de contato de línguas e de mestiçagem similar ao da formação dos Tapuios do Carretão que defendemos ter emergido a gramática do português brasileiro em Goiás.¹³

3.2. O português, ameríndios, africanos e seus descendentes: a emergência da gramática do português brasileiro em Goiás

Como é bem conhecido, o pressuposto fundamental da abordagem gerativa das línguas naturais é o de que há, em toda a espécie humana, um conhecimento gramatical inato ricamente estruturado. Com essa proposição, objetam-se ideias behavioristas de que a aquisição da linguagem se dá por estímulo e resposta e adota-se uma abordagem internalista do estudo da linguagem, na qual a competência exclusiva do ser humano de possuir um sistema linguístico internalizado em sua mente motiva a investigação empírica desse aparato biológico específico da linguagem. O conhecimento e a explicação das propriedades e dos mecanismos internos da faculdade da linguagem, um órgão modular da mente humana resultante da evolução da espécie humana cuja capacidade cognitiva não encontra correlatos na natureza evolutiva, são o escopo de pesquisa da Teoria Gerativa.

Chomsky (1986) postulou que a faculdade da linguagem tem um estágio inicial denominado Gramática Universal (GU). Propôs que a GU é dotada de princípios rígidos e de parâmetros abertos: os princípios são arranjos gramaticais presentes em todas as línguas, enquanto os parâmetros são composições

13 Comunidades como a dos Tapuios do Carretão são um forte exemplo das culturas afro-indígenas que têm chamado a atenção de linguistas como Figueiredo & Oliveira (2013) e Oliveira *et al.* (2015). Esses autores defendem a hipótese de que o português afro-indígena deve ser visto como parte de um conjunto de variedades que formam o contínuo dialetal PB.

gramaticais variáveis valorados no processo de aquisição de língua, por meio da experiência com uma comunidade linguística (*input*). Ora, o modelo de Princípios e Parâmetros busca responder a duas observações empíricas do pesquisador gerativista: a diversidade de línguas no mundo e a rápida e completa aquisição de língua ainda na infância. A diversidade linguística, para além do léxico, é explicada como resultado da valoração de parâmetros distintos para cada língua, isto é, a base gramatical para a aquisição das línguas naturais é única, suas variações gramaticais limitam-se aos parâmetros marcados a partir de *inputs*.

Quanto ao problema lógico da aquisição de língua, Chomsky (1986) utiliza o argumento da pobreza de estímulo, a vertente linguística do problema de Platão sobre a natureza do conhecimento humano, para chamar a atenção para o fato de que os *inputs* a que uma criança está exposta durante a aquisição de língua são insuficientes para uma completa aquisição se comparados ao conhecimento que as crianças apresentam, entre um e quatro anos de idade, de complexas estruturas sintáticas de suas línguas maternas. A pobreza de estímulo compreende não apenas a insuficiência de dados concretos, mas também a ausência de explicações sobre os processos sintáticos durante o processo de aquisição de língua. Chomsky (1986) propôs, então, que, associado à GU, existe um dispositivo de aquisição de língua intrínseco à mente humana que determina regras de acordo com os princípios e parâmetros linguísticos, a fim de gerar a gramática específica da língua nativa da criança. Dentre os processos mentais do dispositivo de aquisição de língua, por exemplo, encontram-se as restrições, que impedem a criança de realizar regras que não se situem no domínio de seu conhecimento linguístico internalizado (cf. GUAUSTI, 2002).

De acordo com Kroch (2001), a mudança sintática nas línguas naturais é provocada por uma falha na transmissão de traços linguísticos entre gerações. Desse modo, o autor propõe que o estudo diacrônico da sintaxe seja formulado em termos do processo de aquisição de língua, pois, entre adultos monolíngues, a mudança sintática não é muito atestada na literatura, limitando-se principalmente ao léxico. Por outro lado, se crianças adquirem um traço linguístico de modo falho, isto é, de modo desviante em relação à gramática do adulto, há a possibilidade de elas provocarem alguma mudança na estrutura da língua, pois as evidências fornecidas por uma comunidade linguística às crianças não propiciam a marcação precisa e imediata de todos os valores paramétricos de uma língua. É necessário ressaltar que numa abordagem teórica em que se considera a gramática das línguas naturais como resultado da fixação de parâmetros de um aporte genético da espécie humana cujos princípios são imutáveis, a mudança

sintática é entendida como resultado de uma mudança paramétrica no percurso histórico das línguas naturais.

Kroch (2001) pondera que, no âmbito da pesquisa diacrônica, o entendimento do que vem a ser uma falha na transmissão de traços linguísticos é limitado, pois não se pode precisar a relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática que ele adquire. O autor afirma, ainda, que alterações nas condições de transmissão de uma dada língua por meio do contato de línguas também propiciam a mudança gramatical.

Considerando os argumentos acima apresentados, inferimos que, devido ao contexto linguístico e social de Goiás nos séculos XVIII e XIX, ameríndios e africanos adquiriram o português como segunda língua (L2), de modo que seus filhos tiveram como evidência para a aquisição de primeira língua o português aprendido como L2 por seus pais. A hipótese que se apresenta é a de que mudanças na gramática do PB em Goiás teriam sido provocadas pela transmissão do português adquirido por falantes de português como L2 a seus descendentes, os quais, de acordo com as especificações da faculdade da linguagem, durante o processo de aquisição de língua, provocaram a mudança na língua da comunidade linguística que ali se formava entre os séculos XVIII e XIX.

Ao utilizarmos o termo segunda língua, ou L2, para a aquisição do português por ameríndios e africanos estamos fazendo uma generalização em termos de simplificação teórica e descritiva, pois, conforme sabemos, grande parte dos ameríndios e africanos na América de língua portuguesa vivia em situação de multilinguismo, o que implica dizer que o português não necessariamente era sua primeira L2. Ademais, utilizamos o termo *português* no lugar do termo *português europeu*, ou PE, a fim de não se confundir a língua contemporânea falada em Portugal com as variedades da língua portuguesa modificadas por situações inevitáveis de contato de línguas após a expansão marítima portuguesa iniciada no século XV – uma dessas variedades chegou a Goiás no século XVIII e, no seu percurso histórico, ali também se modificou.¹⁴

Entendemos que a aquisição e a interpretação das formas linguísticas do português adquirido como L2 por ameríndios e africanos foram condicionadas

14 Ao aportar no continente americano, os portugueses trouxeram consigo uma língua já caracterizada pelo contato de línguas, pois, durante a expansão marítima portuguesa, estiveram em frequente contato com povos de diferentes línguas do próprio continente europeu e de outros continentes. Esses contatos foram, de certo modo, o marco inicial dos contextos sócio-históricos que constituiriam as variedades da língua portuguesa na América (Brasil), na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor-Leste e Macau).

pelo requerimento de que as línguas naturais se adaptam a especificações da faculdade da linguagem – no caso específico, isso ocorreu potencialmente de acordo com as opções paramétricas já marcadas das línguas maternas dos ameríndios e africanos. Por outro lado, entendemos que a aquisição do português como primeira língua pelos filhos de ameríndios e africanos, em Goiás, se deu por intermédio do total acesso às especificações da faculdade da linguagem, a qual tinha em aberto todas as possibilidades de marcação paramétrica. Dessa forma, as opções paramétricas marcadas durante a aquisição da gramática do português pelos filhos de ameríndios e africanos, em Goiás, podem ter sido distintas daquelas marcadas por seus pais, pois, conforme ressaltou Kroch (2001), as crianças estão mais sujeitas a provocar a mudança sintática devido a sua faculdade da linguagem ainda não ter marcadas todas as opções paramétricas desencadeadas pela experiência para o desenvolvimento de sua língua materna – e marcá-las, independentemente de corresponderem à gramática do adulto, é o objetivo constitucional do processo de aquisição de língua (cf. ROBERTS & ROUSSOU, 2003).

Lucchesi & Baxter (2009) propõem algo similar à nossa hipótese. Os autores afirmam ser o PB decorrente de uma transmissão linguística irregular. Para os autores, a transmissão linguística irregular, no Brasil, se deu inicialmente pela aquisição do português por africanos adultos, que, segundo os autores, por serem adultos, não tinham acesso aos dispositivos necessários da faculdade da linguagem durante a aquisição do português. Como o contato linguístico se delongou, teria ocorrido a transmissão de estruturas gramaticais do português conforme aprendidas pelos adultos africanos para seus filhos em processo de aquisição de língua e, conseqüentemente, daí teria resultado a mudança linguística (LUCCHESI & BAXTER, 2009). Lobato (2006), por outro lado, argumenta que possíveis inovações gramaticais oriundas da influência de línguas indígenas e africanas na constituição do PB teriam ocorrido por conta do fato de os indivíduos daquelas línguas, ao aprenderem o português como segunda língua, interpretaram as formas linguísticas não em suas propriedades intensionais, mas, sim, em suas propriedades extensionais. Cabe-nos ressaltar que as propriedades extensionais partem do desempenho linguístico dos falantes nas situações reais de fala, isto é, se referem a um conjunto de enunciados, enquanto as propriedades intensionais são conceitos linguísticos construídos mentalmente, inerentes à competência linguística, ou seja, referem-se à faculdade da linguagem.

É-nos necessário fazer algumas descrições a respeito das hipóteses de Lucchesi & Baxter (2009) e de Lobato (2006) em relação à hipótese que estamos propondo. Diferentemente de Lucchesi & Baxter (2009), acreditamos que

a aquisição de primeira ou segunda língua só ocorre, de fato, de acordo com as especificações da faculdade da linguagem, o que nos faz conceber como impossível a hipótese de que africanos (e também ameríndios) não possuíam acesso à faculdade da linguagem para a aquisição do português. Desse modo, argumentamos que não só africanos, mas também ameríndios participaram do processo de transmissão do português que adquiriram como L2 a seus filhos (geralmente mestiços). Seguindo essa argumentação, também nos posicionamos contrários à hipótese de Lobato (2006), pois estamos sugerindo que a aquisição do português por ameríndios e africanos se deu em suas propriedades intensionais, e não em suas propriedades extensionais.¹⁵

Nossa evidência para atestar a hipótese acima defendida são as ocorrências de construções com sujeitos nulos indeterminados na terceira pessoa do singular registradas na parte que corresponde ao século XIX do *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques*, escrito entre 1881 e 1930. Esses dados, conforme vimos na seção 2, possuem propriedades de uma língua de sujeito nulo parcial.

A autora do *Memorial*, Anna Joaquina da Silva Marques nasceu em 1855 e faleceu em 1932. Era natural da cidade de Goiás e filha de Luisa Joaquina da Silva (1818-1891), mulher que nunca se casou e foi mãe de outros cinco filhos: Esmira, Antônio (Totó), Pacífica, Maria (Mariquinha) e Luisa. Duas das filhas da mãe de Anna Joaquina tornaram-se ilustres professoras da cidade histórica de Goiás: Pacífica Josefina de Castro (mestre Nhola) e Luisa Joaquina da Silva Marques (mestre Lili), uma das primeiras professoras com formação especializada no magistério de Goiás e que foi mestra da poetisa Cora Coralina (cf. CARVALHO, 2008; 2012).

Segundo Carvalho (2008), a mãe de Anna Joaquina manteve relacionamentos com diferentes homens ao longo da vida. Seus filhos eram chamados “filhos naturais”, expressão para designar filhos nascidos de “relações ilícitas” – isto é, não conjugais. Apesar disso, conforme podemos constatar no *Memorial*, tanto a mãe quanto os filhos participavam intensamente da vida social e cultural da cidade de Goiás, o que não necessariamente os inseriam nas elites política e econômica de Goiás. Isso teria ocorrido por conta dos relacionamentos amorosos

15 Em estudo sobre formas de indeterminação do sujeito do PB em quatro comunidades afro-brasileiras da Bahia, Lucchesi (2014) utiliza o termo *transmissão linguística irregular do tipo leve* em oposição à transmissão linguística irregular mais radical, que resulta em pidgins e crioulos. O autor considera o sujeito nulo indeterminado no singular no PB resultado de uma simplificação morfológica provocada pela transmissão linguística irregular do tipo leve do português envolvendo africanos e seus descendentes.

de Luisa Joaquina da Silva com homens de classes sociais privilegiadas e de alto poder aquisitivo – o pai de Anna Joaquina e mestra Lili, por exemplo, era padre, e o pai de mestre Nhola era senhor de escravos. O testamento, datado de 1841, do sargento-mor Joaquim de Souza Cuiabano, pai de Esmira Olympia de Souza, irmã mais velha de Anna Joaquina, afirma que Luiza Joaquina da Silva era mestiça, provavelmente de origem indígena (cf. CARVALHO, 2008).

Por fim, se faz necessário ponderar uma questão. Ao estabelecermos o contato de línguas como primordial para a mudança que foi gerada na gramática do PB, mas eliminarmos de nosso escopo de pesquisa a comparação entre estruturas de línguas indígenas e africanas para explicar a emergência da gramática PB, valemo-nos do argumento de que a gramática como objeto de estudo da Teoria Gerativa diz respeito à possibilidade de se gerarem estruturas limitadas pelas especificações da faculdade da linguagem, as quais estão em aberto durante o processo de aquisição de língua, e não a um inventário de estruturas. Isso, no entanto, não deslegitima pesquisas que buscam, na comparação de traços morfossintáticos de línguas ameríndias e africanas com dados do PB, explicar a geração de novas estruturas sintáticas na gramática da língua.

Considerações finais

A fim de evidenciar a emergência da gramática do PB em Goiás, analisamos dois manuscritos goianos. Observamos que as construções gramaticais analisadas diferem em cada manuscrito: no *Diário*, escrito por um homem de origem portuguesa no século XVIII, vimos uma gramática semelhante à gramática do PE contemporâneo; no *Memorial*, escrito no século XIX por uma mulher de origem mestiça de descendência ameríndia, vimos uma gramática semelhante à gramática do PB contemporâneo. Os aspectos gramaticais caracterizadores da gramática do PB encontrados no manuscrito do século XIX, em comparação com o manuscrito do século XVIII, foram: (i) a ausência de construções com *se* indefinido, nas quais um DP argumento interno estabelece concordância com o verbo num núcleo F – na gramática da autora do *Memorial*, esse núcleo F possivelmente já não estava mais ativo; (ii) a ocorrência de construções com *se* genérico em que o argumento interno é nulo; e (iii) a predominância de sujeitos nulos indeterminados na terceira pessoa do singular com leitura arbitrária. Na nossa concepção, esses aspectos, especialmente o último deles, caracterizam a emergência da gramática do PB em Goiás como um língua de sujeito nulo parcial.

Buscamos explicar como se deu a mudança na expressão paramétrica do sujeito do PB em Goiás em termos de aquisição de língua, associando a mudança sintática ao contexto sócio-histórico. Sugerimos, assim, que a aquisição do português no contexto multilíngue e de contato de línguas da capitania (1748-1821) e da província (1821-1889) de Goiás se deu em dois momentos: num primeiro momento, houve a aquisição do português como L2 por ameríndios e africanos; num segundo momento, houve a transmissão dessa língua adquirida como L2 aos filhos dos ameríndios e africanos em processo de aquisição de língua, sendo que esse último momento é o que caracteriza a emergência da gramática do PB na região de Goiás.

Por fim, informamos que, neste trabalho, não intentamos fornecer uma explicação formal para o licenciamento de construções com sujeito nulo indeterminado na terceira pessoa do singular no PB nem uma hipótese definitiva para a constituição da gramática do PB em Goiás. Nosso intento foi, sobretudo, ampliar o escopo do estudo da constituição da gramática do português do Centro-Oeste brasileiro no âmbito da Teoria Gerativa, alargando as agendas de pesquisa e mostrando que não há como contar a história interna e externa de uma língua a partir de um único lócus e de uma única perspectiva.

Referências

- ALDEN, D. The population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. *The Hispanic Americal Historical Review*, vol. 43, n. 2, p. 173-206, 1963.
- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BORGES, H.; NAVES, R. R. *Corpus do projeto de pesquisa Estudos sobre a constituição do Português Brasileiro*. Universidade de Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2015.
- CARVALHO, E. F. *O rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930)*. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.
- CARVALHO, E. F. Retalhos de uma experiência feminina: mestra Lili, professora pública da capital goiana (1858-1945). *Temporis(ação)*, v. 12, n. 1, p. 18 - 39, jan./dez. 2012.

- CAVALCANTE, S. R. O.; MARCOTULIO, L. L. Um novo olhar para as construções com *se*: para além da questão da concordância. DUARTE, M. E. L. (Org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012.
- CHAIM, M. M. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política do povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2011.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- FIGUEIREDO, C. G.; OLIVEIRA, M. S. D. Português do município do Libolo, Angola, e português afro-indígena da comunidade de Jussara, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA*, v. 23 (2), jul./dez., 2013, p. 105-185.
- FIGUEIREDO-SILVA, M. C. *A Posição Sujeito Em Português Brasileiro – Frases Finitas e Infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaaios de Linguística*, v. 13, p. 31-50, 1987.
- GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos da Linguagem*, v. 34, p. 19-32, Campinas, jan./jun., 1998.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GARCIA, L. F. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial/ Editora PUC-Goiás, 2010
- GUASTI, M. T. *Language acquisition: the growth of grammar*. Massachusetts: Institute of Technology of Massachusetts, 2002.
- HOLMBERG, A.; SHEEHAN, M. Control into finite clauses in partial null-subject languages. BIBERAUER, T. *et al. Parametric Variation: null subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KARASCH, M. C. Centro africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. HEYWOOD, L. M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 125-164.

- KARASCH, M. C. O quilombo do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. ; GOMES, F. dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 240-262.
- KATO, M.; NEGRÃO, E. V. (Org.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert Verlag, 2000.
- KATO, M.; DUARTE, M. E. L. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. *Veredas* (UFJF. Online), v. 18, p. 1-21, 2014.
- KROCH, A. Syntactic change. BALTIN, M.; COLLINS, C. (Orgs.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LOBATO, L. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. SILVA, D. E. G. (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006, p. 54-86.
- LOIOLA, M. L. *Trajéorias para liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2009.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.
- LUCCHESI, D. A simplificação morfológica na expressão do sujeito indeterminado no português afro-brasileiro. *Revista Linguística*, v. 10, n. 1, junho de 2014, p. 277-298.
- LUNGUINHO, M. V. S.; MEDEIROS, P. 2009. Inventou um novo sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *A Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*. Sergipe, v. 9, p. 7-21.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MORAES, C. C. P. A capitania dos Guayazes em festa: as comemorações pela convalescência do Rei D. José I em 1760. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXV, n. 1. Porto Alegre: Edipucrs, junho de 1999, p. 81-92.
- MORAES, C. C. P. *Devotos de Nuestra Señora del Rosario de los Hombres Negros y seguidores del Vudú: Los rituales sudaneses en la región de los Guayases al final del siglo XVIII*. CORTÉS ZAVALA, M. T.; et al. (Org.). Michoacan: Universidad Michoacan de San Nicolas de Hildalgo; Goiânia: UFG/CECAB, 2002, p. 71-92.

- NARO, A. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language* (Baltimore), New York, v. 52, p. 779-810, 1976.
- NAVES, R. R.; PILATI, E.; SALLES, H. As cidades da Amazônia chovem muito: Non-thematic subjects and the properties of agreement in Brazilian Portuguese (BP). *Portuguese Linguistics in the United States*, University of Georgia, Athens, November 15th, 2013.
- NEGRÃO, E. V. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. 214 f. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- NUNES, J. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- OLIVEIRA, M. S. D. CAMPOS, E. A.; CECIM, J. F.; LOPES, F. J.; SILVA, R. A. O português étnico de Jurussaca: o resgate de uma variedade ao conjunto “português brasileiro”. AVELAR, J.; LÓPES, L. Á. (Orgs.). *Dinâmicas afro-latinas - língua(s) e história(s)*. Berlin: Peter Lang, 2015, p. 149-178.
- OSSAMI DE MOURA, M. C. Tapuios do Carretão. OSSAMI DE MOURA, M. C. (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. 153-220.
- PALACIN, L. *Goiás: 1722-1822. Estrutura e conjuntura numa Capitania de minas*. Goiânia: Oriente, 1972.
- PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S. *História de Goiás: (1722-1972)*. 7ª Ed. Goiânia: Editora Vieira e Editora da UCG, 2008.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Linguística Histórica*. PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (Org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.
- PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia* (um vocabulário afro-brasileiro). Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. 2006. 242 f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2006.
- PILATI, E.; NAVES, R. R. Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. MOURA, D.; SIBALDO, M. A. (Org.). *Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática*. Maceió: EDUFAL, 2013a, p. 233-253.

- PINHEIRO, A. C. C.; COELHO, G. N. *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes* (1771-1773). Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática; Brasília: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987
- QUINTELA, A. C. O topônimo “Goyaz”. *Signótica*, Goiânia, v. 15, p. 153-172, 2003.
- RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. 1996. Indefinite SE. *Natural language and linguistic theory*, Dordrecht, v. 14, n. 2, p. 749-810.
- ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. Syntactic change. *A minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ROCHA, L. M. *O Estado e os índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.
- RODRIGUES, C. *Impoverished Morphology and A-Movement out of Case Domains*. 396 f. Tese (Doutorado em Linguística). Graduate School of University of Maryland (Department of Linguistics), 2004.
- SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2008.
- SOARES, M. C. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SOUZA, E. M. *Sujeitos de Referência Arbitrária: uma classe homogênea?* 133 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

Recebido em: 27 de março de 2015.

Aceito em 4 de maio de 2015.